



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social**

## **FUNDAMENTOS PARA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO**

**ARLENE VIEIRA TRINDADE<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é tratar da atuação de assistentes sociais na rede federal de educação, a partir do debate sobre os fundamentos do Serviço Social, considerando que essa perspectiva poderá municiar as profissionais na construção de respostas às requisições institucionais, bem como, nos auxiliar a compreender as expressões da razão instrumental presente no cotidiano profissional.

**Palavras-chave:** Fundamentos, Serviço Social, assistência estudantil

### **ABSTRACT**

The main objective of this paper is to analyze the performance of social workers in the federal education, network from the debate on the fundamentals of Social Work, considering that this perspective can equip professionals in the construction of responses to institutional requirements, as well as help us to understand the expressions of instrumental reason present in the professional routine.

**Keywords:** Fundamentals, Social Work, student assistance

### **I. Introdução**

A década de 2010 para a educação pública federal no Brasil é marcada por mudanças significativas, produto do movimento histórico da nossa sociedade. Nesse contexto, destacamos dois marcos regulatórios que impactaram tanto o perfil estudantil, quanto a atuação do Serviço Social no âmbito da educação federal: a Lei 12.711/2012, que garantiu a reserva de vagas nas instituições federais de ensino, e o Decreto 7234/10, que implementa o Programa Nacional de

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## Assistência Estudantil.

O acesso às instituições federais, a partir desse momento, passou a contar com um processo de análise socioeconômica<sup>2</sup> que avalia o atendimento dos critérios exigidos para os grupos de estudantes com o perfil socioeconômico prioritário. Essa conjuntura criou uma demanda social e uma requisição institucional para as assistentes sociais, que levou à ampliação desse espaço de atuação profissional, tanto nas ações voltadas para o ingresso, quanto para a permanência dos estudantes na rede federal de ensino, ao reconhecerem o Serviço Social como profissão qualificada e regulamentada para a realização de análises socioeconômicas e estudos sociais.<sup>3</sup>

Nestes dez anos de implementação da política de ampliação do acesso e das ações para permanência, a hipótese levantada é de que nesse contexto “novas” determinações no desempenho das atribuições e competências profissionais passam a ser colocadas para as assistentes sociais. Muito atrelada à realização dos estudos socioeconômicos, percebemos que a dimensão do exercício profissional na educação federal, nesse período histórico, recoloca questões acerca da natureza dessa requisição e a forma como vem sendo desenvolvida.

A apreensão das tendências teórico-práticas do Serviço Social na rede federal de educação, requer para além da investigação empírica, uma aproximação com o debate sobre os fundamentos do Serviço Social que nos orienta e auxilia nas investigações, principalmente, porque são os fundamentos da formação profissional que irão municiar as profissionais na construção de respostas às requisições institucionais e as demandas dos usuários. Os Fundamentos do Serviço Social e como estes se expressam no cotidiano profissional, nas respostas construídas pelas/os assistentes sociais nos seus espaços sócio-ocupacionais revelam além das opções profissionais pautas na autonomia profissional, também o projeto profissional que vem sendo construído no cotidiano profissional.

Assim sendo, o debate acerca dos fundamentos histórico-ontológicos, teórico-metodológicos e ético-políticos no Serviço Social é considerado aqui, como uma das estratégias

---

<sup>2</sup> No que se refere ao acesso, as análises socioeconômicas vêm sendo instruídas pelo Portaria Normativa do MEC nº 18/2012: Art. 8º *A apuração e a comprovação da renda familiar bruta mensal per capita tomarão por base as informações prestadas e os documentos fornecidos pelo estudante, em procedimento de avaliação socioeconômica a ser disciplinado em edital próprio de cada instituição federal de ensino, observado o disposto nesta Portaria.* Enquanto para os serviços e benefícios da assistência estudantil, as análises são orientadas pelo próprio decreto e pelas normativas institucionais.

<sup>3</sup> A Lei de Regulamentação do Serviço Social (Lei nº 8662/93) prevê em seu artigo 5º: Art.5º Constituem competências do Assistente Social:(...) XI- Realizar estudos socioeconômicos com usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (Lei nº 8662/93).

de resposta crítica às demandas postas na contemporaneidade às profissionais.

## I. Fundamentos para atuação profissional

Considerarmos que a atuação profissional se realiza em meio às contradições do seu tempo, postas em suas determinações históricas e aspectos ideopolíticos, e assim, revelam os fundamentos históricos, teóricos, metodológicos, éticos e políticos que as assistentes sociais vêm referenciando o seu trabalho, conscientemente ou não.

Nesse caminho analítico, a primeira indagação que se coloca é: o que são os fundamentos para o Serviço Social? A resposta passa pela identificação do significado social da profissão não só na sua constituição histórica, mas a sua expressão na atualidade. Compartilhamos do entendimento de Yazbek (2018) de que “os fundamentos consistem na matriz explicativa da realidade e da profissão, permeando a interlocução entre o Serviço Social e a sociedade” (p.47).

Nessa perspectiva aqui compartilhada, alguns elementos da teoria social marxista são centrais em nossas análises. Primeiro, em Marx, o trabalho é a categoria central e que as demais categorias ontológicas são provenientes do trabalho. Segundo, a questão do método na teoria social de Marx deve ser tomada na sua tríplice sustentação: método crítico-dialético, a teoria do valor trabalho e a perspectiva da revolução. Terceiro, a categoria totalidade<sup>4</sup> aponta a perspectiva metodológica.

A partir dessa concepção, entende-se que o surgimento do Serviço Social como profissão na sociedade capitalista, seu assalariamento e a ocupação de um espaço na divisão social e técnica do trabalho, bem como a estruturação de seu mercado de trabalho particular, são resultantes de relações sociais, históricas, econômicas, políticas e culturais que moldam sua necessidade social e definem os seus usuários. E a questão social é a justificativa da constituição do espaço profissional do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e

---

<sup>4</sup> A totalidade não significa todos os fatos, a totalidade é um todo estruturado e dialético, a partir do qual qualquer fato pode ser analisado racionalmente, pois, segundo o autor, a realidade é entendida como concreticidade, como um todo que possui sua própria estrutura e dinâmica, desenvolve-se e se cria, transforma-se historicamente (Kosik, 1976).

como área de construção do conhecimento (YAZBEK, 2018, p.49).

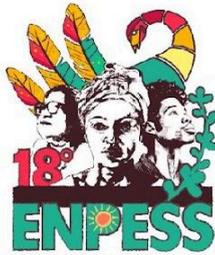
Os referenciais conceituais da profissão nem sempre foram teórico- metodológicos. Até a década de 60, tinha como referencial o pensamento social da Igreja Católica, doutrinário e conservador. O processo de apropriação por parte da profissão de matrizes explicativas acerca da realidade em seu movimento histórico e de construção de seus caminhos explicativos e interventivos, acompanha as transformações sociais que vem particularizando o Serviço Social em nossa sociedade. (YASBEK, 2018, p.51)

De tal modo que o debate sobre os fundamentos no Serviço Social é considerado por autores críticos da profissão como um “divisor de águas”, num processo de construção de um projeto profissional crítico (GUERRA, 2018). Nas normativas que orientam a formação profissional na contemporaneidade, as diretrizes curriculares para o Curso de Serviço Social de 1996, articula trabalho e formação por meio de núcleos de fundamentação, quais são: 1- Núcleo de fundamentos teórico- metodológicos da vida social; 2-Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. E passa a dar centralidade ao debate dos fundamentos históricos e teórico- metodológicos do Serviço Social, sendo necessária a apreensão rigorosa da teoria social que ancora o projeto profissional.

Teixeira (2019) contribui com uma profícua reflexão acerca dos Fundamentos do Serviço Social como Unidade Articulada dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares, necessária tanto para a apreensão dos Fundamentos do Serviço Social, como para a compreensão da atuação profissional. O autor expressa o fio condutor da sua apreensão dos fundamentos do Serviço Social, que consegue sintetizar da seguinte forma:

*A lógica articulada entre os núcleos de fundamentação apreende, e ao mesmo tempo explica, que a matriz teórica que orienta as diretrizes é o eixo teórico- metodológico e sócio-histórico dos Fundamentos do Serviço Social. Apreende porque a partir do projeto de formação é possível analisar o significado social do Serviço Social. Ao mesmo tempo é a forma de explicar o significado social da profissão e o trabalho profissional. A construção do documento das Diretrizes Curriculares é o esforço de explicar o significado social da profissão para formar assistentes sociais nesse significado” (TEIXEIRA, 2019, p.66).*

Na concepção de Fundamentos trabalhada pelo autor, o trabalho profissional da/o assistente social, tendo a matriz teórica de Marx, deve apresentar elementos que subsidiam a formação profissional, com novos elementos da realidade, demandas e requisições que possam



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

surgir no trabalho profissional que retornam para a formação profissional. Considerando que na perspectiva marxiana, a atuação profissional de assistente sociais só pode ser entendida no movimento histórico da sociedade. Nessa direção, a categoria de reprodução social – que se refere ao modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais na sociedade – busca compreender as relações que constituem a sociabilidade humana implicam em âmbitos diferenciados que envolvem o social, o político, o econômico, o cultural, o religioso, as questões de gênero, a idade, a etnia (YASBEK, 2018).

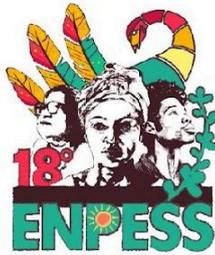
Nesse sentido, investigar as tendências do Serviço Social da educação federal expressa um esforço de refletir como essa unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação pode contribuir para decifrar os desafios postos na realidade profissional. No trabalho profissional, tal unidade dos conhecimentos desses núcleos deve estar presente “na construção da análise de realidade, na apreensão da correlação de forças presente no trabalho profissional, nas respostas profissionais para a intervenção prática junto as/aos usuárias/os, nos planos de trabalho e nos projetos de intervenção” (TEIXEIRA, 2019, p.83).

É por meio da pesquisa que tal construção se evidencia, pois, seria essa a mediação realidade/teoria que permite apreender os condutos pelos quais o trabalho da/o assistente social se desenvolve. A pesquisa, como capacidade de indagar as causas e apreender os nexos causais, que permite que a/o profissional analise as refrações da questão social trazidas pelo sujeito em sua inserção sócio-ocupacional (TEIXEIRA, 2019).

A pesquisa sobre a realidade profissional é uma forma de qualificar as respostas profissionais pautadas seus fundamentos históricos, metodológicos, éticos e técnicos operativos, na direção de ruptura com o conservadorismo. E com base nas reflexões acima, podemos fazer a primeira aproximação sobre a realidade profissional na rede federal de educação.

## **I. A atuação das assistentes sociais na rede federal de educação**

Em linhas introdutórias, apontamos que na década de 2010 houve um movimento de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ampliação da demanda de profissionais de Serviço Social na rede federal de educação<sup>5</sup>. As assistentes sociais ingressam na rede federal de educação através de concurso público para cargos efetivos de servidores técnico-administrativos em educação (TAEs)- com formação em Serviço Social. E passam a integrar uma categoria incluída no plano de cargos e salários das Instituições Federais de Ensino (IFE's). São chamadas a atuar nas ações da política de educação e a participar de processos de trabalho coletivo, seja na formulação e execução direta de serviços sociais oferecidos aos estudantes, ou em atividades de planejamento, informação e gestão.

Como base nas reflexões postas no ponto anterior, nos voltamos a atuação do Serviço Social na rede federal de educação, que nos coloca a primeira questão acerca dessa particularidade: quais são as demandas e requisições postas nesse espaço sócio- ocupacional?

Observamos que a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 que dispõe sobre as reservas de vagas em instituições federais de ensino contou com a portaria normativa nº 18 de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação, para orientar a implementação dessa política de ação afirmativa. Essa portaria coloca o procedimento de *avaliação socioeconômica* para apuração dos critérios estabelecidos para o ingresso dos estudantes com renda per capita familiar de até 1,5 do salário mínimo:

Art. 8º A apuração e a comprovação da renda familiar bruta mensal per capita tomarão por base as informações prestadas e os documentos fornecidos pelo estudante, em procedimento de *avaliação sócio-econômica* a ser disciplinado em edital próprio de cada instituição federal de ensino, observado o disposto nesta Portaria. (grifo nosso)

Já a Lei de Regulamentação do Serviço Social (Lei 8662/93) prevê em seus artigos 4º e 5º:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

---

<sup>5</sup> Em 2010 a rede federal de educação contava com 1220 assistentes sociais. Em 2024, esse número passou para 2021. Com mais de 50% das profissionais com Mestrado e com média salarial de dez mil reais mensais, para uma carga horária de 40 horas semanais, esse universo profissional está distante de realidade precária que muitas profissionais de Serviço Social estão inseridas. Disponível em <http://painel.pep.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=painelpep.qvw&lang=en-US&host=Local&anonymous=true>

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

Essa aproximação entre as competências profissionais da assistente social e os procedimentos de apuração para ingresso nas instituições federais de ensino pela reserva de vagas que faz com que as instituições e a sociedade reconheça as assistentes sociais como profissionais, regulamentadas, qualificadas e, sobretudo, “competentes”<sup>6</sup> para a realização de análises socioeconômicas previstas na Lei 12.711/2012.

A análise socioeconômica, que historicamente se reconhece como um espaço privilegiado (no âmbito das competências) de assistentes sociais nas diferentes áreas de intervenção profissional, aparece como um meio de promoção, ou não, do acesso aos programas e serviços dentro das instituições que atuam no âmbito das políticas sociais brasileiras na atualidade. Isso expressa a própria relação da profissão no que diz respeito ao seu lugar na divisão sociotécnica do trabalho, quando chamado a atuar nas diferentes instituições.

Compreendemos que está na gênese do processo de profissionalização do Serviço Social vinculada à ordem social vigente, a conformação de espaços, funções e procedimentos - de caráter eminentemente operativos (GUERRA,1997). No entanto, permeada pelas contradições da própria dinâmica capitalista, é possível perceber que a lógica para o encaminhamento desses estudos que vem sendo engendrada no âmbito da educação federal, típica das políticas sociais centradas na pobreza e muito característica das políticas de assistência social desenvolvida no país<sup>7</sup>, colide, em diferentes aspectos, com estudos socioeconômicos, articulado aos fundamentos de base teórica-crítica presentes no projeto ético-político profissional.

Mioto (2009), expressa essa mudança nos objetivos profissionais acerca dos estudos

---

<sup>6</sup> Aqui usamos o termo competente, entre aspas para indicar a crítica realizada a sua utilização como expressão da ideologização da competência, determinada pela burocracia e pela organização, que não só afeta o Estado. Tendo sido interpretada a partir do discurso que acentua seu caráter tecnocrático e conservantista, a serviço da dominação da sociedade, com uma linguagem institucionalmente permitida. “A competência é personificada no discurso do administrador burocrata, da autoridade fundada na hierarquia(...) acoplada a um discurso neutro de cientificidade. São as exigências burocráticas- administrativas que têm que ser cumpridas obedecendo a formas de ação pré-traçadas, que devem apenas ser executadas com eficácia”.( IAMAMOTO, 2004., p.183)

<sup>7</sup> No contexto da lógica neoliberal, Yazbek (2000) entende que essa competência vem articulando tanto o ideário de seletividade e merecimento na obtenção de auxílios materiais e de serviços, quanto incentiva o processo de refilantropização e despolitização do tratamento da questão social (YAZBEK, 2000).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

socioeconômicos. A partir do momento em que autores e profissionais de Serviço Social passaram a discutir a profissão dentro das bases da teoria social de Marx, que permitiu tanto o avanço do debate teórico-metodológico da profissão, quanto a construção de seu projeto ético-político, os estudos socioeconômicos ganham uma nova configuração pautada em dois pontos fundamentais: O primeiro concerne à interpretação das demandas postas aos assistentes sociais pelos indivíduos. Aquelas necessidades trazidas por sujeitos singulares não são mais compreendidas como problemas individuais. Ao contrário, tais demandas são interpretadas como expressões de necessidades humanas básicas não satisfeitas, decorrentes da desigualdade social própria da organização capitalista. Assim, o assistente social tem como objeto de sua ação as expressões da questão social, e essa premissa não admite que se vincule a satisfação das necessidades sociais à competência ou incompetência individual dos sujeitos. O segundo refere-se ao redimensionamento que a perspectiva crítico-dialética exige da ação profissional no que diz respeito ao seu alcance e direcionalidade. Ao postular que as soluções dos problemas dos sujeitos singulares só se efetivam, de fato, com a transformação das bases de produção e reprodução das relações sociais – superação do modo de produção capitalista –, exige-se que a ação profissional seja pensada na sua teleologia (MIOTO,2009).

Não queremos desconsiderar os diferentes determinantes históricos e conjunturais que afetam e alimentam o fazer profissional nos espaços de atuação como: expressões do conservadorismo, as mudanças no trabalhador assalariado, o neoliberalismo, as novas expressões da questão social, mas pelos limites aqui postos, nos dedicaremos, nesse ponto, ao que há “de novo” nessa requisição, tentando compreender os nexos internos que articulam essa particularidade da atuação profissional com movimentos mais complexos da sociedade capitalista. O fio condutor dessa reflexão é que a realização de análise socioeconômica na rede federal sofre forte influência da lógica gerencial que vem sendo implementada na administração pública federal e expressa um dos grandes desafios para atuação profissional: o paradigma da racionalidade formal- abstrata, enquanto um modelo hegemônico da ordem social burguesa.

Na síntese elaborada por Guerra (1997), a racionalidade formal-abstrata trata os fenômenos e processos sociais como coisas, desconectadas do ser humano. Nesse sentido, nega os aspectos ontológicos da realidade e, assim, elimina a possibilidade de o sujeito intervir sobre essa realidade. Nessa interpretação, a manutenção e a permanência de determinadas

formas de comportamento e pensamento sob e sobre a ordem social burguesa é dada por conexões causais, com uma legalidade e positividade próprias.

Continuando, a autora analisa que o pensamento formal-abstrato contém um grau de racionalismo capaz de ocultar as determinações fundamentais do ser social. Uma vez que os fenômenos sociais são tratados tal como os fenômenos da natureza e por isso podem ser manipulados da mesma forma e com a mesma instrumentalidade com que se trata as coisas da natureza. A racionalidade que ao mesmo tempo funda e engendra essa relação é a racionalidade de tipo manipulatório que no âmbito ídeo-cultural sustenta as ações instrumentais. O que desta relação decorre é a extensividade e intensividade da racionalidade instrumental pelos diversos níveis e instâncias da vida social. A instrumentalidade posta na relação entre homem e natureza passa a dominar a relação dos homens entre si (GUERRA, 1997).

Contudo, essa forma de pensar o mundo está em disputa porque este modo de conhecer não tem relação com o modo de se constituir e de se expressar do ser social, mas em modelos, regras, fórmulas e técnicas pré-determinadas (GUERRA, 1997). Desse modo, nos parece ser necessário, além de buscar elementos para a crítica, contribuir na construção de estratégias para se colocar na disputa com a racionalidade formal que seja ao mesmo tempo crítica e dialética e que busque os fundamentos ontológicos do ser social.

Diante das particularidades que a racionalidade formal-abstrata adquire nas sociedades contemporâneas, a partir das transformações operadas no mundo do trabalho, torna-se imprescindível para refletir acerca do trabalho de assistentes sociais, considerando o desenvolvimento das forças produtivas, as lutas de classes ou segmentos de classes, o amadurecimento das contradições sociais de diversas ordens, põem e repõem desafios, requisições, objetos e formas de operar para o Serviço Social.

Nessa direção, o primeiro ponto a ser destacado no movimento histórico e que impactam na atuação profissional são as transformações mais recentes no mundo do trabalho, Antunes (1999) analisou o mundo produtivo contemporâneo, particularmente desde o amplo processo de reestruturação do capital desencadeado em escala global no início da década de 1970. O autor observa tendências mundiais de informalização da força de trabalho e de aumento dos níveis de precarização dos trabalhadores. Dessa reflexão, elaborou a noção de novas formas de ser da



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

classe-que-vive-do-trabalho composta por imenso contingente de trabalhadores improdutivos localizados no setor de serviços.<sup>8</sup> No outro lado do pêndulo, outras tendências em curso estariam dando sinais mais "positivos", de maior intelectualização do trabalho, em especial nos ramos dotados de maior impacto tecnológico- informacional-digital. Observando a reestruturação produtiva e as novas estratégias neoliberais para o enfrentamento das crises, o autor em 2013, vai caracterizar esse momento como *a nova morfologia do trabalho*.

Estes são alguns elementos que nos auxiliam a compreender a participação de assistentes sociais nos processos de análises socioeconômicas, ao percebermos que essa atividade ganha centralidade na atuação profissional nas instituições federais de educação.

Raichelis (2011) ao analisar a realidade brasileira, chama atenção para as diferentes formas de precarização do trabalho e do emprego assumem, na atualidade, novas configurações e novas manifestações, especialmente a partir dos anos 1990, quando se presenciavam mais nitidamente os influxos da crise de acumulação, da contrarreforma do Estado e da efetivação das políticas neoliberais.

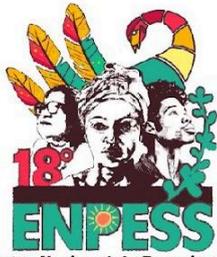
Não há dúvidas que essa dinâmica do mundo produtivo atinge também o trabalho das assistentes sociais, que como trabalhadoras vendem sua força de trabalho em troca de salário e vivem as tensões da classe trabalhadora do seu tempo. Os efeitos da tríade flexibilização/precarização/terceirização do trabalho da assistente social se fazem sentir em níveis e intensidades antes desconhecidas pela profissão (RAICHELIS, 2011, p.431). A autora os enumera da seguinte forma:

- a) desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais;
- b) desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas;
- c) subordina as ações desenvolvidas a prazos contratuais e aos recursos financeiros definidos, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas;
- d) realiza uma cisão entre prestação de serviço e direito, pois o que preside o trabalho não é a lógica pública, obscurecendo-se a responsabilidade do Estado perante seus cidadãos, comprimindo ainda mais as possibilidades de inscrever as ações públicas no campo do direito. (RAICHELIS, 2011, p.431).

Outra questão importante que precisa ser mencionada são as mudanças na dinâmica

---

<sup>8</sup> Com o capitalismo monopolista, tivemos a ampliação e diversificação do "setor de serviços", bem como a inovação tecnológica aos processos de produção, gestão e controle incorporação da ciência e do processo de trabalho no contexto onde a mundialização financeira expande as fronteiras, são características desse momento. (RAICHELIS, 2018, p.39).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

das políticas públicas. Além da disputa existente em torno do fundo público, as gestões dos governos neoliberais produzem uma nova racionalidade que recoloca novos métodos e objetivos na gestão no Estado. Na realidade brasileira, as mudanças na gestão do Estado brasileiro a partir do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (1995)<sup>9</sup>, inauguram a assim chamada “gestão gerencial” e altera as bases de sustentação funcional-ocupacional dos assistentes sociais: as políticas sociais (MONTAÑO, 2002). Bem como, incide nas suas requisições e atribuições.

Expressando as contradições e determinações que vem impactando o exercício profissional do assistente social, as análises socioeconômicas, ao mesmo tempo que aparecem como potencial “instrumento” no processo de efetivação e ampliação de direitos fundamentais e no enfrentamento das expressões da questão social, também contribui para o fortalecimento de mecanismos de controle com a adoção de uma base técnica e conceitual voltada para a padronização dos processos avaliativos<sup>10</sup>. Pautadas em uma racionalidade formal-abstrata, que nega os aspectos ontológicos da realidade e, assim, elimina, a possibilidade de o sujeito intervir sobre essa realidade. Atuando assim, na manutenção de comportamentos e pensamentos da ordem social burguesa.

No campo das políticas sociais, esse processo define o formato e lógica de acesso aos serviços e programas, o que incide diretamente no fazer profissional dos servidores públicos. Nessa lógica gerencial, os usuários não são mais vistos como detentores de direitos. Mas vistos sob o ângulo de sua contribuição e seu custo na competição mundial.

Nesse sentido, dois elementos típicos do “gerencialismo”, cujas bases também encontram-se na racionalidade formal-abstrata, passam a ser incorporadas na atuação profissional: a *normatização* e a *informatização*.

No processo de *normatização*, as análises socioeconômicas passam a ser orientadas por normativas federais e referenciadas em editais com processos rigorosamente seletivos que

---

<sup>9</sup> Documento que define os objetivos e diretrizes para a reforma do Estado, na direção de uma administração pública chamada “gerencial”. Que tem em sua base conceitos de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fnc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Entre os anos de 1994 e 2016, foi possível observar a implementação do Plano Diretor de Reforma do Estado (1995), que colocava o controle das políticas públicas como a única forma de criar infraestruturas e um ambiente favorável aos “negócios”. (BERHING, CISLAGHI, SOUZA, 2020).

<sup>10</sup> Embora não citemos aqui todo o procedimento apuratório da condição de renda, a Portaria determina como será e o que será considerado como prova documental.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ditam as regras de todo o processo. Uma vez que nem todos que têm direito terão acesso aos serviços, as análises socioeconômicas incorporam aspectos da concorrência e do privilégio para acesso aos serviços e programas sociais.

Outro aspecto da *normatização* é a padronização. Temos, por exemplo, o parâmetro da renda *per capita* familiar de até 1,5 do salário mínimo, como teto determinado para todo o país. Parâmetro trazido da política de assistência social e embutido na política de educação sem quaisquer modulações de adequação<sup>11</sup>, essa é a regra geral, tanto para o acesso às instituições, quanto para o acesso aos programas de assistência estudantil. Seguindo a lógica das políticas compensatórias e focalizadas da assistência social, os critérios para ingresso na instituição e nos programas de assistência estudantil obedecem a parâmetros rígidos. Não levando em consideração as diferenças regionais, nem as particularidades institucionais.

O segundo elemento em destaque é o da *informatização*. Processo bem presente no cotidiano institucional, observamos que as análises socioeconômicas para ingresso nas instituições federais de ensino e nos programas de assistência estudantil vêm sendo realizadas com base em sistemas informatizados cada vez mais sofisticados para avaliação de indicadores sociais e econômicos que se voltam à padronização e uniformização dos processos.

Não podemos desconsiderar a possibilidade uma aproximação crítica das tecnologias da informação no sentido de atender os interesses dos usuários do Serviço Social<sup>12</sup>. A construção de indicadores mais gerais do público atendido e a facilidade na análise desses indicadores surgem como os principais argumentos dos profissionais na defesa das ferramentas tecnológicas.

No entanto, no processo de análise socioeconômica da rede federal de educação, o que queremos chamar a atenção é que o uso dessas ferramentas tecnológicas, além de minimizar os limites de acesso dos usuários às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)<sup>13</sup> torna

---

<sup>11</sup> Trindade (2019) considera que o principal ponto que marca a implementação dos programas de assistência estudantil nesse período é o processo de “bolsificação” (MORAES; LIMA, 2011). Embora o decreto do PNAES não fale em parte alguma que a implementação seja feita através do pagamento de auxílios, as ações das instituições, seguindo o modelo dos programas de transferência de renda da política de assistência social, têm como carro-chefe os programas de bolsas e auxílios financeiros.

<sup>12</sup> Cf. VELOSO, R. Serviço Social, Trabalho e Tecnologia da Informação. In.: Em Pauta, Rio de Janeiro, V.9 n.27, p.71-90, jul.2011

<sup>13</sup> A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) 2018, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que uma em cada quatro pessoas no Brasil não tem acesso à internet.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

o contato da assistente social com o usuário, e *vice-versa*, mediado pelos sistemas informatizados (formulários preenchidos de forma *on-line*) e pela prova documental<sup>14</sup>. Os atendimentos presenciais são preteridos e eventuais. A principal justificativa é a falta de uma equipe que dê conta desses atendimentos. Esse tipo de análise alimenta um distanciamento entre o usuário e a assistente social. Nesse contexto, as assistentes sociais assumem diferentes formas de burocracia que se colocam à frente da avaliação particular das expressões da “questão social”.

Outro componente fundamental é que o uso das tecnologias de informação, além de transferir parte do saber técnico-profissional para o sistema informacional, através da elaboração de programas específicos, esse processo acaba por intensificar os processos de trabalho e produzem um efeito mais controlador sobre o trabalho. As estratégias de intensificação do trabalho vão sendo incorporadas de forma sutil e gradativa, nas cobranças de metas de produtividade, no maior volume de tarefas no peso das responsabilidades na “distribuição” do recurso público (RAICHELIS, 2011, p.433).

Para Raichelis (2011), a principal crítica a esse processo é que existe um esvaziamento dos conteúdos mais criativos do trabalho, desencadeando o desgaste criado pela atividade mecânica, repetitiva, que não instiga a reflexão. Além de diminuir a necessidade do trabalho vivo desempenhado por assistentes sociais. Diminuir as contratações e criar parâmetros “técnicos” – esvaziado de conteúdo subjetivo e autônomo do profissional.

É preciso reafirmar que a racionalidade instrumental, presente nas políticas sociais, é anterior ao processo de gestão gerencialista, que recoloca limites ao exercício profissional do Serviço Social. No entanto, esses sistemas reforçam a ação profissional na lógica da racionalidade “eminente manipulatória” (GUERRA, 2017). No cotidiano do trabalho do/a assistente social da rede federal de educação, a lógica gerencial que dita o ritmo das análises socioeconômicas, contribuem na naturalização dos valores presentes na forma de organização da sociedade burguesa: institui metas de produtividade, convence pelo discurso da rentabilidade e da economia de recursos financeiros e da “eficiência e eficácia como critérios para referenciar a análise e intervenção no cotidiano profissional” (GUERRA, 2017, p.72).

---

<sup>14</sup> No que se refere, especificamente, ao Serviço Social Raichelis (2011) considerada, também, que esse o crescimento de demandas dificultam o acompanhamento próximo e sistemático da população que impede o estabelecimento de relações continuadas. (RAICHELIS, 2011, p.434)

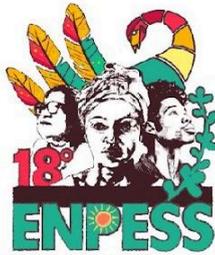
## I. Os fundamentos como estratégias para a atuação profissional

O Serviço Social inserido na divisão social e técnica do trabalho como especialização do trabalho coletivo, não está alheio à incorporação das mudanças advindas das relações e condições de trabalho em sua prática profissional. Percebemos que as assistentes sociais da rede federal de educação foram formadas em um currículo recente, crítico, mas com poucas condições de propor uma intervenção crítica na realidade institucional, diante das requisições para a realização de análises socioeconômicas, com fortes influências do gerencialismo.

É inegável que a cultura profissional, que atravessou as últimas quatro décadas, mantém-se viva, mas são novas e complexas as questões que desafiam a profissão em função do atual cenário político e econômico mundial e nacional, marcados pela crise capitalista e pelas atuais estratégias de seu enfrentamento.

Nesse sentido, encontramos no pensamento crítico-dialético a base teórico-metodológica para análise e intervenção na realidade social que as assistentes sociais estão inseridas, para a construção de um trabalho que possa, apesar dos limites social e institucionalmente determinados, promover o acesso aos serviços sociais de forma ampliada e que contribua na inversão da lógica do controle.

As assistentes sociais não podem se reduzir ou serem reduzidas ao mero ato de descrever objetivamente uma dada realidade (a tecnologia sempre estará à frente nesta capacidade) ou de competir com modelos de avaliação informatizados, mas devem evocar exatamente a condição **ainda** insubstituível de elegibilidade e de processamento de dados de realidades agregados à direção ético-política dos seus pronunciamentos e conclusões técnicas, no sentido de alteração da realidade sempre em favor da garantia e da ampliação de direitos. A iniciar com a formulação dos objetivos profissionais que possam dar a direção para a construção dos instrumentos e utilização das técnicas, como forma de resistência no cotidiano aos ajustamentos dos estudantes e suas famílias à lógica do controle. Enfrentar o *metodologismo* presente nas análises socioeconômica, que coloca a dimensão técnica-operativa fundada em si mesmo, sem as mediações necessárias com a realidade social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## I. Considerações finais:

Nessa última década, o Serviço Social da rede federal de educação se vê duplamente tensionado: pelas mudanças no mundo do trabalho e pelas tensões ideológicas da contrarreforma das políticas sociais, num contexto mundial de aprofundamento das medidas neoliberais. A resistência presente em seu posicionamento ético-político e a disputa diante das correlações de forças sociais se mantém atual no cotidiano profissional desde sua insurgência na década de 60. Não será silenciando as questões que surgem da prática profissional jogando no fosso do “tecnicismo”, que teremos as respostas necessárias e urgentes para o nosso tempo histórico. Pensar em estratégias de enfrentamento, requer articular as demandas do exercício com a produção intelectual, colocando o Serviço Social no centro da formação, buscando nos fundamentos para o (e do) Serviço Social, as estratégias de enfrentamento aos dilemas contemporâneos e tornando-os exercícios propositivos.

## VI. Referências Bibliográficas:

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e negação de trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRASIL. **Lei n. 8662**, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: 07 jun. 1993.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília: 19 jul. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acessado em 20 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas Universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: 29 ago. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm)>. Acesso em: jul. 2013

BEHRING, E.; CILAGHI, J; SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e Bolsonarismo: Impactos sobre o orçamento público e a política social. *In*: BRAVO, M.I.S. MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F (Org.) **Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

IAMAMOTO, M. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 6ª ed.-São Paulo: Cortez, 2004



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

\_\_\_\_\_. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) Assistente Social na atualidade. In: CFESS (org.). **Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão**. Brasília: CFESS, 2012

GUERRA, Yolanda. **A ontologia do ser social**: bases a para a formação profissional. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 54. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. Racionalidades e Serviço social: o acervo teórico-instrumental em questão. In: SANTOS, C. M.; BACX, S.; GUERRA, Y. A. D. (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2017.

\_\_\_\_\_. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, et al. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas-SP, Papel Social, 2018.

KOSIK, K. Dialética da totalidade concreta. In: **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MIOTO, R. C. T. **Estudos Socioeconômicos**. In.: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS, 2009.

Ministério da Educação ( MEC). **Portaria Normativa do MEC nº 18/2012**. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria\\_18.pdf](http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf). Acessado em: 29 jun. 2022

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2011, n.º107, p. 420-437, jul./set., 2011.

\_\_\_\_\_. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, R. VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V.(orgs.) **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social** São Paulo: Cortez, 2018.

TEIXEIRA, Rodrigo José. **Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ, 2019.

TRINDADE, A. V. **A permanência estudantil: Uma análise da primeira turma de ensino médio integrado e a política de assistência estudantil no Cefet/ RJ– campus Maria da Graça. 2019**. 248 folhas. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal Fluminense, Maria da Graça, 2019.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teóricos-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, et al. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas-SP, Papel Social, 2018.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social